

## O reitor da UFPE é colaborador do Exército



Por **MARCO MONDAINI**

*O Magnífico parece não estar preocupado com a memória daqueles/as que sofreram com as atrocidades cometidas pelo Exército Brasileiro durante o regime ditatorial de 1964, preferindo regozijar-se com o título de “Colaborador Emérito”*

### 1.

Não, caros/as leitores/as, o título do presente artigo não configura um crime contra a honra do Magnífico em questão. Não atribuo a ele “um fato desonroso que afeta a sua reputação social” (Artigo 139 do Código Penal – difamação), nem realizo “uma ofensa direta à sua dignidade ou ao seu decoro” (Artigo 140 do Código Penal – injúria).

Em termos jurídicos, tanto a sua honra objetiva, como a sua honra subjetiva, não estão sendo por mim minimamente atingidas, pelo simples fato de que foi o próprio Magnífico a divulgar com entusiasmo ímpar a informação de que acaba de receber “o Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro” – uma deferência atribuída pelo Comandante do Comando Militar do Nordeste e não, como diz o esfuziante comunicado do Magnífico, Comando do Exército do Nordeste, como se a região tivesse um Exército próprio.

Feita essa importante ressalva, gostaria de dizer que, como professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, que, durante a sua formação como historiador, teve orientadores/as duramente perseguidos/as pelo regime ditatorial militar instaurado no país nos idos de março/abril de 1964, sinto repulsa pela “honraria” (sic) recebida pelo Magnífico.

Pela memória de Edgard Carone (meu orientador de mestrado na USP) e de Carlos Nelson Coutinho (meu orientador de doutorado na UFRJ), e pela vida de Daniel Aarão Reis (meu orientador de iniciação científica, na condição de bolsista da FAPERJ), eu tenho asco de tal “honraria” (sic) recebida pelo Magnífico.

Pela memória de Maria Yedda Linhares (orientadora da minha monografia de conclusão de curso de bacharel em história no IFCS/UFRJ), processada, presa e aposentada compulsoriamente pela ditadura militar de 64, em virtude das denúncias feitas por um dos mais conhecidos colaboradores do Exército Brasileiro – o, então diretor do IFCS/UFRJ, Eremildo Vianna, eternizado como o “idiota” pelo jornalista Elio Gaspari – eu tenho nojo de tal “honraria” (sic) recebida pelo Magnífico.

Os episódios ocorridos desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e, especialmente, a tentativa de golpe contra o nosso Estado de Direito Democrático durante, e após, o governo do fascista Jair Bolsonaro, obrigam todos nós situados no campo político democrático de esquerda a ter muito zelo com a memória histórica e não deixar que, por exemplo, se esqueça que muitos daqueles que resistiram à ditadura de 64 foram presos, torturados e assassinados devido às delações de um colaborador do Exército brasileiro chamado Cabo Anselmo.

## 2.

Mais ainda, a memória histórica em defesa da democracia e contra o avanço da extrema direita neofascista em termos mundiais cobra de nós o não esquecimento de que, após a derrota da França para a Alemanha nazista, um certo Marechal Pétain liderou um governo colaboracionista (o regime de Vichy) que, além de auxiliar os nazistas no trabalho sujo de perseguição aos judeus e repressão política, substituiu o revolucionário lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” por um inglorio “Trabalho, Família, Pátria”.

Finalizo este breve texto lembrando que, em 7 de abril de 2022, a comunidade acadêmica da UFPE foi informada de que a universidade recebeu “comitiva do Exército Brasileiro para discutir parceria no projeto Memória Militar com o Centro de Informática”, com o intuito de “disseminar a prática do Turismo Militar enquanto segmento do Turismo cultural”.

Na ocasião, sugeri aos envolvidos no projeto dois percursos fundamentais, os quais poderiam ser percorridos *in loco* com o acompanhamento de monitores devidamente formados pelos nossos cursos de história e de hotelaria e turismo, ou, de maneira virtual, com o suporte técnico dos qualificados profissionais do Centro de Informática da UFPE, como já o fazem inúmeros museus mundo afora.

A caminhada teria início no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado de Pernambuco. Foi lá que, em 1º de abril de 1964, o governador Miguel Arraes, negando-se a qualquer tipo de concessão, recebeu a ordem de deposição do comandante do IV Exército (o mesmo que acaba de conceder o título de “Colaborador Emérito” ao Magnífico), o general Justino Alves.

Saindo pela porta da frente do Palácio, Miguel Arraes foi conduzido à Casa de Detenção – uma edificação fundada em 1855, no bairro de São José, transformada em Casa da Cultura em 1976. Nesta que seria a primeira parada da caminhada, seria possível conhecer a cela 106 do Raio Leste, preservada em seu estado original a fim de que fosse mantida a memória dos tempos nos quais o espaço se destinava ao encarceramento de presos políticos.

A caminhada poderia ser encerrada numa das salas da antiga Casa de Detenção, com a exibição de imagens da ilha de Fernando de Noronha, local onde Miguel Arraes ficou preso durante 11 meses até ser solto e seguir para o exílio na Argélia. Nesse momento, se poderia dialogar sobre a importância da democracia e os males decorrentes da intervenção do exército em assuntos políticos.

A caminhada começaria na Fortaleza das Cinco Pontas, no bairro de São José, para onde o líder camponês comunista de 64 anos, Gregório Bezerra, foi levado depois da sua captura, em 2 de abril de 1964, na Usina Pedrosa, na Zona da Mata de Pernambuco. Já tendo sido espancado sob as ordens do Coronel Ibiapina (com um “coice” de metralhadora na boca do estômago, um soco no rosto e “telefonemas” nos ouvidos), Gregório Bezerra seria transferido para o Parque de Moto-Mecanização do 4º Exército, no bairro de Casa Forte, primeira parada da caminhada.

Então, sob o comando do Coronel Villocq, que o recebe com uma pancada de cano de ferro na cabeça e que passa a arrancar os seus cabelos com um alicate, Gregório Bezerra tem a sola dos seus pés colocadas sobre ácido de bateria, o seu pescoço amarrado por três cordas, para um “desfile macabro” pelas ruas de Casa Forte até a frente do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, ponto final da caminhada que faria refletir sobre a prática da tortura como política oficial do Estado brasileiro nos 21 anos em que o país foi presidido por generais do exército.

Não faltam exemplos a serem dados, os quais poderiam ser utilizados como percursos que trariam à memória, especialmente da juventude, as atrocidades cometidas pelo Exército Brasileiro no estado de Pernambuco e que nunca tiveram um pedido de desculpas oficial por parte da instituição, como o do ex-estudante da própria UFPE, Edival Nunes da Silva, o “Cajá”, sequestrado, torturado e mantido em solitária por um ano pelo DOI-CODI do Exército Brasileiro, ou, então, as violências cometidas contra as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião e as perseguições à Igreja Católica de

# a terra é redonda

Dom Hélder Câmara.

No entanto, o Magnífico parece não estar preocupado com a memória daqueles/as que sofreram com as atrocidades cometidas pelo Exército Brasileiro durante o regime ditatorial de 1964, preferindo regozijar-se com o título de “Colaborador Emérito”.

**\*Marco Mondaini**, historiador, é professor titular do Departamento de Serviço Social da UFPE e apresentador do programa *Trilhas da Democracia*. Autor, entre outros livros, de *A invenção da democracia como valor universal* (Alameda) [<https://amzn.to/3KCQcZt>]

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**